

Comunicador Social ou Jornalista? A estruturação do conhecimento profissional do jornalista em cursos de graduação.

Robson DIAS¹

Resumo: No Brasil, muitas escolas de ensino superior têm o curso de Comunicação Social como tronco comum da formação profissional em Jornalismo (1), Publicidade e Propaganda (2) e Relações Públicas (3). Este arranjo é fruto da estruturação do conhecimento científico da Comunicação, sempre em questionamento se é objeto de estudo ou campo autônomo do saber, além do processo político referente à democracia e à ditadura militar. No caso específico do Jornalismo, no período democrático, existia o curso autônomo de bacharel. Durante o governo militar, com as restrições de liberdade de opinião e à imprensa, surgiu a figura genérica do comunicador social. Abordaremos este contexto no sentido de vislumbrar o processo histórico de como foi estruturado o conhecimento jornalístico (viés científico), o currículo mínimo no contexto do ensino superior brasileiro (viés regulatório) e a departamentalização das três habilitações no tronco comum de Comunicação Social durante o regime militar (viés político).

1 Doutorando em Comunicação, sob orientação do Prof^o Dr^o Luiz Martins da Silva, no Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília (PPGFAC/UnB). Vinculado aos projetos de pesquisa credenciados no CNPQ: *A idéia do pós-Jornalismo* (2010-2013) e *O Jornalismo como Teoria Democrática* (2006-2010). A revisão teórica e problematização apresentadas, neste artigo, serviram de base para o enfrentamento do trabalho empírico da pesquisa de elaboração da dissertação, trabalho feito sob a orientação da Prof^a Dr^a Dione Oliveira Moura (presidente SBPJor: gestão 2011-2013), também do PPGFAC/UnB. O autor recebeu bolsa de pesquisa (Mestrado) do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ).

Palavras-chave: Jornalismo; Comunicação Social; Profissão; Graduação

Resumen: En Brasil, muchas escuelas de educación superior tienen el curso de los medios de comunicación como la base común de formación en Periodismo (1), Publicidad (2) y PR (3). Este acuerdo es el resultado de la estructuración de la comunicación del conocimiento científico, siempre se preguntan si es un objeto de estudio o de un campo autónomo de conocimiento, más allá del proceso político en relación con la democracia y la dictadura militar. En el caso específico del periodismo en el período democrático, existe como el grado del curso. Durante el gobierno militar, con las restricciones de la libertad de opinión y de prensa, apareció la figura del comunicador social en general. Vamos a discutir este marco, para poder discernir el proceso histórico de cómo el periodismo ha sido el conocimiento estructurado (carácter científico), el plan de estudios mínimo en el contexto de la educación superior en Brasil (carácter normativo) y la departamentalización de los tres núcleo común de las habilidades en la comunicación social durante el régimen militar (carácter político).

Palabras clave: Periodismo; Comunicación Social; Profesión

Introdução

Nosso olhar resgata a história a partir da estruturação do saber jornalístico na ciência (foco 1), passando pelo caráter regulatório do MEC nos currículos da graduação (foco 2), traçando o panorama e a emergência de duas figuras distintas: o jornalista e o comunicador social, objetivo maior do artigo. Esclarecemos que a classificação sobre a figura do jornalista e do comunicador social, deste artigo, encontra respaldo em Abramo (1997), Bergamin (2000), Cavalcanti (2006), Folquening (2001), Lisboa (1994), Kunsch (1992), Melo (2006), Paccola (2003), Santos (2007), Valverde (2006) e Vieira (2002). Não as enfatizamos como figuras antagônicas entre si, mas como resultado de um processo de formação de jornalistas em momentos distintos da política brasileira (democracia e regime militar), além de bacharéis oriundos de diferentes arranjos dos cursos de formação: ora, departamentalizado nas Ciências Sociais Aplicadas como

“curso de Jornalismo” (1), ora como “curso de Comunicação Social com habilitação em Jornalismo” (2) ².

Ressaltamos que, por mais que andemos pelas vias de formação da identidade profissional do jornalista, além do processo de formação da profissão no Brasil, nem todos os itens deste universo poderão ser tratados de forma minuciosa, resgatando todas as disputas de poder, características socializantes/identitárias para dentro (*interioridade*) e fora (*exterioridade*) do grupo profissional³. O eixo de historicidade que tomaremos como lentes para abordar o assunto é: a estruturação do saber em Jornalismo, pela entrada da Comunicação no cânone da ciência (1); pela estruturação curricular⁴ da graduação no contexto do ensino superior brasileiro (2); passando por implicações políticas, durante o regime militar, via atuação da *Centro Internacional de Estudos Superiores de Comunicação* (CIESPAL/ONU) (3).

O conhecimento em Comunicação e sua estruturação: o viés científico

Etimologicamente, o termo Comunicação faz referência ao latim *communicatilis* e *communicare*, que pode significar: elementos em relação de encontro ou em realização comum. Na Idade Moderna (1453-1789), fase do Empirismo Científico, o termo Comunicação foi vinculado à análise das consciências, no sentido lingüístico, pela Ciência. Segundo Martino (2001, p. 12), o termo

2 A alegoria “comunicador social” não sugere que o jornalista que é bacharel, oriundo de um curso de Comunicação Social, seja melhor ou pior do que um jornalista formado num curso específico de Jornalismo. Não temos interesse neste tipo de mensura. O objetivo é apenas de vislumbrar a diferença entre eles, dentro de um processo histórico. E não de compará-los quanto a performance, competência técnica ou seja lá o que for.

3 Outros aludem este universo utilizando a questão da identidade (Bourdieu, campo, habitus, representações sociais): Oliveira (2005), Lopes (2006) e Patriarca (2007). Muitas dicotomias levantadas por estas autoras não poderão ser esmiuçadas neste artigo, até por questão de espaço e formato do texto para revista. Mas, sabemos que algumas questões deste universo sobre a identidade profissional levantadas por elas são: diploma (tê-lo ou não), profissionalismo (registro provisionado x registro profissional), paradigma de ensino (humanismo x tecnicismo), status funcional (repórter x assessor), modelos adotados (Jornalismo Literário x Jornalismo Informativo), técnica (artista, intelectual, office boy da notícia), representações sociais (cão de guarda, verdade acima de tudo, guardião da democracia, furo de reportagem, deontologia, autofiscalização), dentre outros.

4 Diversos autores tomam como eixo histórico da formação profissional o viés regulatório da Lei de Diretrizes Curriculares Mínimas (MEC), como: Moura (2000), Orlando (2006), Tomita (2006), Rodrigues (2007).

Comunicação que, antes era um compartilhamento comum a dois referentes físicos em dado espaço, ganhou a dimensão de partilha entre referentes conscientes sem a necessidade de compartilhar do mesmo espaço físico. Tal mudança de aplicação do termo levou posteriormente ao surgimento do conceito de Comunicação de Massa.

O período da Revolução Industrial propiciou a criação do mercado de bens e capitais (construção conceitual). A dimensão simbólica foi atribuída à troca comercial de bens. A formação dos centros urbanos, a explosão demográfica e o comércio internacional demandaram a noção de comunicação de valores em sentido abstrato. O termo **multidão** (agrupamento de pessoas com contigüidade física) já não contribuía para o entendimento dos agrupamentos humanos (AUGRAS, 1980. p.165). Surge o termo **massa** (agrupamento conceitual de pessoas sem contigüidade física) e a necessidade de um mediador da Comunicação de Massas. O entendimento era de que os indivíduos não precisavam se relacionar, nem pertencer a dado grupo, para se comunicar. Assim, instaurou-se uma nova realidade capitalista: baseada em bens de consumo a serem absorvidos por uma sociedade de consumo.

No século XX, o conceito de Comunicação de Massa passou a ser aplicado diretamente aos mecanismos de transmissão de informações feita pelos meios eletrônicos (rádio e TV), além da tiragem de jornais feita em larga escala pela imprensa. Desta forma, um fluxo de capital baseado no aspecto simbólico dos bens de consumo proporcionou a criação de um mercado noticioso e manifestou a influência dos Meios de Comunicação na esfera social. Sobre o contexto, Bordernave (1997, p. 33) afirma que o impacto dos meios de comunicação sobre as idéias, as emoções, o comportamento econômico e político das pessoas, cresceu tanto que se converteu em fator fundamental de poder e de domínio em todos os campos da atividade humana.

A influência dos Meios de Comunicação levou vários ramos da ciência a versar sobre estudos a respeito de fenômenos comunicacionais. Os limites epistemológicos da Comunicação de Massa passaram a ser estudados, ora enquadrados como **campo**, ora como **objeto**. Até hoje, há debates sobre a delimitação efetiva, na Ciência, da zona de atuação da Comunicação como área do conhecimento. Uma discussão freqüente é se o campo produz um saber autônomo, em relação a seus fenômenos,

ou se os analisa em função de outras Disciplinas. Lopes (2002) afirma que

Normalmente dizemos que a comunicação, por vezes grafada com “C” maiúsculo, não tem objetos ou metodologias próprias. Em outros casos, apresentamos soluções metodológicas e definimos objetos com algum grau de precisão. Não raro, aceitamos ou divergimos da idéia ‘oficial’ de que ela faz parte das Ciências Sociais Aplicadas, fortemente baseada no fato de que preparamos, no ensino de graduação, pessoas que vão exercer profissões tais como a de Jornalista, Publicitário, Relações Públicas, Assessor de Imprensa, profissionais das diversas áreas do cinema, de algumas das funções vinculadas às tecnologias dos computadores etc (LOPES, 2002. p. 21).

Epistemologicamente, a Comunicação oscila entre o status de ciência constituída e campo de interseção de saberes diversos. E, por isso, alimenta indagações sobre seu papel fundamental, além dos efeitos dos Meios de Comunicação de Massa sobre indivíduo e sociedade. A própria inclusão da área como disciplina científica é polêmica. Martino (2001) afirma que a inserção da Comunicação Social no rol das Ciências Sociais Aplicadas não aconteceu pela via da fundamentação teórica, mas pela forte demanda social. O maior entrave para a legitimação desse conhecimento está na sua delimitação como um campo autônomo ou interdisciplinar.

Neste sentido, Lopes (2001) postula que

Para o campo da comunicação social, este pode ser um contexto privilegiado, a ser positivamente apropriado, uma vez que também os seus limites disciplinares são colocados em contestação, exigindo assim um olhar crítico sobre o passado da sua prática de pesquisa (LOPES apud DOWBOR, 2001, p.113).

O caráter transitório (cruzamento de disciplinas) e de construção permanente da Comunicação (demanda de fenômenos estudados) colabora com um status diferencial em relação a outros saberes. Desta forma, pode-se dizer que a imprecisão em relação às fronteiras do campo serve como legitimadora da própria área. A falta de um limite formal não quer dizer que não exista um

domínio específico. Contudo, favorece o trânsito e estreito relacionamento com outras Disciplinas Científicas, pois a indefinição epistemológica impõe o campo como zona limítrofe de vários saberes⁵.

Orlando (2006) estudou os cursos de graduação, em Comunicação Social, de 17 universidades brasileiras. A autora afirma que as inserções do campo não o prejudicam, pois há claros parâmetros de análise de um saber da Comunicação. Para a autora,

Inserções à parte, a questão da natureza interdisciplinar do campo comunicacional é o que lhe dá certa corporificação diferenciada e é inclusive o elemento que imprecisa o seu objeto: daí ser considerado um campo em construção, não-acabado, o que não significa que tal campo não possa ser, mesmo que superficialmente, delineado. Portanto, como espaço de encontro de fronteiras – de natureza Lingüística, Biológica, Matemática, Psicológica, Filosófica, Antropológica, Sociológica, etc. – a Comunicação Social conforma seus objetos quando estabelece a existência das mídias como parâmetros de análise (ORLANDO, 2006. p. 40).

Já, na análise de Melo (1995), existem duas frentes de estudo da Comunicação: a de natureza midiológica e a midiática. A frente de estudo de natureza midiológica se ocupa em sistematizar teorias e metodologias centradas nos processos de geração e transferência de conhecimentos relativos aos fenômenos comunicacionais de massa e suas inter-relações com os fenômenos de comunicação interpessoal ou grupal. Já a frente de estudo de natureza midiática levaria em conta as evidências sobre os processos de produção, difusão, recepção e retro-alimentação de mensagens mediadas por tecnologias de largo alcance ou de porte industrial (MELO apud SILVA, 1995. p. 113-114).

Orlando (2006, p. 41) entende que a Comunicação pode versar sobre uma gama de objetos, até pertencentes tradicionalmente a outras áreas. Para a auto-

⁵ É por causa desta característica que vemos em algumas escolas de Comunicação (com as habilitações de Jornalismo, Relações Públicas e Publicidade e Propaganda) associadas a outras disciplinas como Artes, Linguística, Design, Arquitetura e até Filosofia. Um bom exemplo é o caso Escola de Comunicação e Artes (ECA) da Universidade de São Paulo (USP); além da FAFICLA (Faculdade de Filosofia, Comunicação, Letras e Artes), da PUC-SP, antigamente conhecida como COMFIL (Faculdade de Comunicação e Filosofia).

ra, podemos dizer que o estudo da religiosidade como fenômeno cultural seja objeto de avaliação das Ciências Sociais, principalmente da Sociologia e da Antropologia. Em contrapartida, a representação social da religiosidade na telenovela já passa a ser objeto de observação do campo da Comunicação Social, já que estamos tratando de um gênero acessível por uma mídia eletrônica, com reverberação massiva.

A pesquisadora em Metodologia da Comunicação, Santaella (2002), classifica em cinco grupos os domínios de estudo da área:

1. O território da mensagem e dos códigos: pensa-se aqui de que forma se efetua a mensagem e como se dá o seu acesso objetivo nas construções discursivas midiáticas. Estão previstas, neste território, as pesquisas referentes às linguagens, discursos, sistemas e processos cênicos das mais diversas ordens (biológicos, corporais, lingüísticos, gestuais, sonoros, visuais, hipermediáticos, etc.) Estão também previstos os estudos sobre os efeitos de sentido, a gramaticalidade do código e o relacionamento entre os signos.

2. O território dos suportes/ meios de produção das mensagens: leva-se em conta o modo como às mensagens são produzidas. Estudam-se aqui prioritariamente os meios técnico-eletrônicos de produção de imagens, som, escrita (jornal, foto, cinema, televisão, vídeo, etc.) e mídias digitais. Quais são as características destes suportes, o que define cada meio, proposição cognitiva-sensorial e a sua historicidade.

3. O território do emissor ou fonte de comunicação: leva-se em conta aqui quem produz a mensagem midiática. Tais sujeitos discursivos sociais estariam inseridos em organismos, máquinas, sistemas, instituições, organizações, corporações? Que tipo de intervenções econômicas, ideológicas, mercadológicas, políticas, culturais, psíquicas interferem nas enunciações postuladas? O sujeito falante é senhor do seu discurso?

4. O território do destino ou recepção da mensagem: pensa-se aqui nas mediações sociais, culturais, psíquicas e sgnicas existentes no processo de recepção midiática; os possíveis efeitos sofridos pelo

receptor e as relações de influência. Como o receptor interfere e transforma as mensagens que recebe? Como negocia e interage com as mensagens?

5. O território do contexto comunicacional das mensagens: pensa-se aqui a situação comunicativa em geral. Aqui leva-se em conta a representação da mensagem, os interesses ideológicos e os vários tipos de relações da mensagem com seu contexto representativo – os conteúdos possíveis: dimensão física (ambiente tangível e concreto no qual a comunicação ocorre); dimensão cultural (refere-se às regras e normas dos comunicadores, crenças e atitudes transmitidas); dimensão sócio-psicológica (diz respeito aos papéis sociais desempenhados pelos sujeitos) e dimensão temporal (incursão do processo comunicativo no tempo histórico) (SANTAELLA, 2002.p. 84-89)

Bem, este enredo complexo serve de reflexão sobre várias polêmicas sobre o campo da Comunicação como disciplina científica, assim como objeto de estudo de outras áreas de conhecimento. É fato que não vamos esgotar esta discussão neste artigo. Entretanto, abordamos este contexto, pois este perfil de flexibilidade e tangência de saberes, no campo da Comunicação, tem efeito sobre os arranjos dos cursos de formação. Esta característica serve de base para a departamentalização dos cursos de graduação, ora como de Comunicação Social (1), ora como de Jornalismo (2). Este viés científico do saber jornalístico, no escopo das Ciências Sociais Aplicadas, se relaciona com outros fatores determinantes na departamentalização: o regulatório estatal (Lei de Diretrizes Curriculares, MEC) e o político (democracia, ditadura, CIESPAL/ONU)

Cursos de Comunicação Social: o viés regulatório na departamentalização

O marco regulatório atual para o curso de Comunicação Social é a Lei de Diretrizes Curriculares (LDB)⁶, do Ministério da Educação, que institui o perfil de ensino dos cursos superiores.

A Lei diz que a área de Comunicação apresenta uma forte organicidade e penetração das perspectivas teóricas em fenômenos sociais, embora estruturada no 6 Lei 9.394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB). Trata das diretrizes curriculares que orientam o planejamento das escolas e sistemas de ensino.

cruzamento de diversas especialidades e profissões⁷. Por ser uma área que converge muitos saberes científicos, o projeto pedagógico do curso de Comunicação Social deve ter um tronco comum, de orientação humanista, mas também direcionado a formações específicas dentro da própria área: Jornalismo, Publicidade e Propaganda e Relações Públicas.

Tomita (2006, p. 63-64) acredita que o ensino de Comunicação tem como objeto de estudo os meios de comunicação inseridos em um contexto de grandes transformações sociais, políticas, econômicas e culturais. O curso de Comunicação Social requer estrutura física e humana específicas da área. Para a autora, o problema reside em outros aspectos administrativos como contratação de professores sem dedicação à pesquisa, recursos audiovisuais inadequados e número elevado de concentração de alunos em escolas particulares como nos moldes conferencistas das escolas americanas, o que dificulta a abertura de espaço para debates e diálogo na relação professor-aluno, imprescindível para a reflexão sobre os conteúdos e essencial para garantir um ensino de qualidade.

Para Tomita (2006),

Uma das questões com a qual o curso de Comunicação se depara é saber se o papel da universidade é formar para o mercado com dimensão crítica da sociedade. Conciliar essas duas vertentes é um desafio para os professores universitários de Comunicação, assim como em outras áreas. Lidar com o ensino em uma área repleta de transformações requer inegáveis alterações estruturais em currículos, infra-estrutura laboratorial, equilibrar disciplinas teóricas e práticas, dosar o corpo docente com profissionais da academia e do mercado (TOMITA, 2006, p. 63-64).

A LDB faz ressalva aos administradores de que os cursos não se percam frente à vasta possibilidade de construção de um currículo comum ao campo. E destaca que o projeto acadêmico deve ter um conjunto de atividades pedagógicas relevantes, e não somente uma mera listagem de disciplinas. Antes mesmo do marco regulatório da Lei (LDB), existiam vários problemas na

estruturação dos cursos de graduação devido a sua indefinição como Disciplina autônoma⁸.

Sobre essa fase, Tomita (2006) recupera que

Com a extinção do Currículo Mínimo normatizado pela Resolução 002/84 do Conselho Federal de Educação, as escolas de Comunicação partiram para reformas curriculares. Da característica contraditória da área nasceram as Novas Diretrizes Curriculares da área de Comunicação mantendo um perfil comum à área da Comunicação para garantir a identidade do curso e reservando especificidades para as diferentes habilitações. Com as novas diretrizes, alguns cursos permitiram-se reformar o currículo até então engessado (TOMITA, 2006, p. 64).

Para Orlando (2006), a natureza epistemológica do campo da Comunicação impõe a flexibilidade dos limites do saber profissional. E, por si só, já configura a característica principal da área: a interdisciplinaridade. O tronco comum dos cursos de Comunicação Social reforça a formação pluralista de profissionais. A autora estabelece como competências comuns aos cursos:

- a) Que contemplem ciências fundadoras e essenciais para a comunicação social, tendo estas matérias natureza “introdutória”: Fundamentos da Sociologia, Antropologia, Filosofia, Psicologia, etc.
- b) Que se apresentem didaticamente iniciadoras ao campo profissional: Introdução ao Jornalismo/ Publicidade/ Cinema; à Fotografia, História da Imprensa, etc.
- c) Que apresentem conceitos teóricos dentro do próprio campo: História da Comunicação, Comunicação Comparada, Estética e Cultura de Massa, Política da Comunicação, Metodologia de Pesquisa em Comunicação, etc.
- d) Estejam ligadas ao estudo da língua/linguagem: Língua Portuguesa I, II e III, Semiótica, Fundamentos

8 A indefinição epistemológica da Comunicação se reflete na estruturação administrativa dos cursos de graduação. A ressalva da LDB, na regulação de 1999, foi feita em relação às escolas particulares que tinham liberdade maior para estruturar seus cursos, pois não eram obrigadas a seguir à risca as diretrizes da Lei anterior. As escolas públicas cumpriam porque fazem o que está expresso em lei. E somente isso. As privadas faziam o que estava em lei (lícito) e ainda o que não estava (ilícito).

7 Lei 9394/96. www.planalto.gov.br. Acessado em 18-11-2011.

de Linguística para a Comunicação, etc (ORLANDO, 2006, p. 50).

O tronco comum no curso de Comunicação Social se presta não só à interdisciplinaridade, mas também à troca de experiências entre os discentes. Na análise de Orlando (2006), esse intercâmbio, dentro da perspectiva comunicacional, corrobora “uma tendência, na contemporaneidade”. Para a autora, o crescimento de estudos de caráter “inter”, “trans” e “multi” disciplinares parece ser bastante produtivo, pois inibe manter um olhar unidirecional sobre os fenômenos a serem analisados (ORLANDO, 2006, p. 191).

Na visão de Tomita (2006), há os que se consideram estudantes de Jornalismo, de Publicidade e de Relações Públicas. Para a autora,

Dentre as questões que acompanham o processo de ensino e aprendizagem nos cursos de Comunicação, existe um interminável debate sobre a formação de comunicadores generalistas ou especialistas. Esse debate tem origem na dicotomia do modelo humanista de ensino voltado à formação integral e o modelo tecnicista, com base na especialização e em saberes instrumentais. É importante procurar debates, avançar os limites da oposição teoria e prática em busca de possibilidades de elaborar modelos que consolidem a prática profissional do comunicador sem perder o sentido cultural e político necessários (...) Nesse sentido, uma formação meramente voltada à prática que visa colocar um técnico ou uma mão de obra especializada no mercado faz perder o lado da postura reflexiva vital na formação de profissionais conscientes de sua participação no contexto que envolve a profissão do comunicador. Isso não significa que se deva perder de vista o caráter adaptativo da formação acadêmica ao mercado e às inovações profissionais, desde que não perca o desempenho crítico (TOMITA, 2006, p. 64-65)

Consideramos que a dicotomia entre humanismo e tecnicismo na formação em Comunicação Social é notada inclusive na estruturação do fluxo da grade curricular. Sobre esta questão, Melo (2006) declara que

A busca do equilíbrio entre a formação humanística e técnico-profissionalizante do comunicador social na estrutura curricular dos cursos estas disciplinas ainda são compostas em dois eixos clássicos que acompanham o decorrer da história do ensino de Comunicação Social no Brasil, sendo as humanísticas nos primeiros semestres do curso (formação crítico-acadêmica) e as disciplinas técnico-específicas (formação técnico-profissionalizante) nos últimos semestres (MELO, 2006. p. 100).

Melo (2006) justifica a dicotomia entre humanismo e tecnicismo na estruturação dos currículos como consequência ao fato de não podemos acreditar na atividade da comunicação como algo estranho, isolado, neutro e imparcial da sociedade, mas como parte integrante de interesses e intencionalidades que compõe a sociedade. Se por um lado o profissional que trabalha com os meios de comunicação influencia o público ao difundir idéias e interesses de onde trabalha, por outro, é influenciado pela sua trajetória pessoal e pelo próprio ambiente em que está inserido (MELO, 2006. p. 100).

A atividade jornalística estruturou-se sobre a técnica, antes de chegar às universidades. Mesmo nos cursos de graduação, os alunos costumam fazer questionamentos quanto aos preceitos teóricos da formação profissional e aos práticos. Rodrigues (2007) estudou a formação humanística da graduação em jornalismo e as demandas imediatas dos estudantes. Dentre seus entrevistados, a autora destaca uma fala que considera comum aos discentes: “Por que tanta “ia”? Sociologia, Antropologia, Filosofia, Metodologia de Pesquisa, Teoria Política, Psicologia? O que a gente quer é ser jornalista! Queremos aprender a escrever, só isso” (RODRIGUES, 2007. p.12-13).

Na análise de Rodrigues (2006), os alunos não têm convicção do que seja a formação universitária, nem da prática jornalística. Contudo, orientam e valorizam as atividades de cunho mais técnico. Para a autora, pedagogicamente, há quem defenda o humanismo como referencial de criticidade e de criatividade oferecido apenas na universidade.

Sobre a polêmica, Pena (2006) considera que os estudantes costumam questionar a estrutura e currículo da formação em Comunicação Social (habilitação Jornalismo), tida muito ampla. O jargão de que o comunicador

social seja um “especialista em generalidades”⁹ é correto.

Marcondes Filho (2002) trata da dimensão humana sobre técnica e valoriza erro de procedimento no fazer jornalístico como um “entrave” que não colocaria o jornalista a perder, pois a profissão não é baseada integralmente na técnica, mas sim, no trabalho do homem. Para o autor,

Os jornalistas são necessários como são necessários os especialistas, os pesquisadores, os críticos, os escritores, os professores. Eles são o que sobra de vivo nessa maquinaria toda, o que sobra de humano – talvez demasiado humano – na tecnificação total das existências que nos oferece sedutoramente a indústria do virtual, do interativo, e do tempo real... As tecnologias pretendem ser consistentes e completas... Mas não podem, porque nada é completo e consistente ao mesmo tempo. Já o homem – o jornalista, o filósofo, o médico, o professor – não é e nem deseja ser completo, pois a falha, a imprecisão, a dúvida fazem parte dele. E é dessa falha estrutural que advém sua grande vantagem e sua grande superioridade, pois, como dizia o velho filósofo, todos os caminhos são curvos, toda verdade é torta (MARCONDES FILHO, 2002 . p.150).

No Brasil, existe um viés político, no processo histórico, que justifica a inclusão do curso de Jornalismo dentro do curso de Comunicação Social¹⁰ que iremos abordar no próximo tópico.

9 PENA, Felipe. *O jornalista é um especialista em generalidades*. Entrevista a Luís Erlanger concedida em 21/11/2006. <http://observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/artigos.asp?cod=408JDB004>, visita em 18-11-2011. Também publicado na revista *Contracampo* n° 15, edição de dezembro de 2006. Publicação do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal Fluminense.

10 Ressalta-se que o curso de Jornalismo nasceu de forma autônoma, mas foi anexado ao de Relações Públicas e Propaganda e Publicidade, durante a Ditadura Militar, nos cursos de Comunicação Social. Inicialmente, o curso de Comunicação Social, em 1962, era voltado à habilitação de Jornalismo e apresentava diversas dificuldades. José Marques de Melo já alertava em 1979 sobre as necessidades específicas da formação profissional em Comunicação, visto que é uma área complexa e tem sua característica pautada na generalidade, diferente das propostas de especificidades das disciplinas e das matérias escolares. Essa dificuldade é encontrada também nas demais habilitações além do Jornalismo: Relações Públicas, Publicidade e Propaganda, Editoração, Cinema e Rádio e TV. As habilitações da Comunicação Social exigem profissionais versáteis e com formação ampla e híbrida, contemplando as formações humanística, profissionalizante, especí-

Cursos de Jornalismo: o viés político na departamentalização

Os cursos de formação profissional em Jornalismo são mais antigos que os de Comunicação Social (com habilitação em Jornalismo). Consideramos na presente pesquisa a história dos cursos de Jornalismo diretamente ligada à história da imprensa brasileira¹¹. Nosso entendimento encontra respaldo em Bahia (1990, p.32) que postula sendo o conjunto de exigências que muda de acordo com a época que a imprensa vive como o fator preponderante que habilita o que é ser jornalista.

O jornalista Pompeu de Souza trouxe a técnica do *Lead* americano para o Brasil nos anos 50 e Danton Jobim começou imediatamente a sua aplicação no *Diário Carioca*. No entanto, a influência desse novo referencial tomou força na famosa revolução editorial do *Jornal do Brasil*, nos anos 60. Considerado por muitos como o marco do fim do *Jornalismo Opinativo* e início do *Jornalismo Informativo* no país.

A atividade jornalística é comercial e burguesa desde sua origem, em Gutemberg. Entretanto, com o advento do *Jornalismo Informativo* no Brasil instaurou-se o processo de profissionalização da área. O fechamento do mercado de trabalho em jornalismo vinculou o exercício da profissão aos portadores de diploma universitário.

A demanda por jornalistas com formação universitária era procedente de uma orientação americana da nova técnica de se fazer jornalismo. Contudo, as universidades brasileiras possuíam uma estrutura européia de ensino. Desta forma, os cursos de formação em Jornalismo foram estruturados em dois eixos de ensino: o técnico e humanístico.

Os cursos de Jornalismo antes da unificação dos currículos, pelo Ministério da Educação, em 1949, tinham foco na formação humanística (formação de cunho europeu, que prezava pela ética e intervenção social). Com o Golpe Militar (1964), o foco da formação profissional

fica e técnica, estas indispensáveis ao exercício profissional (TOMITA, 2006. p. 65)

11 O estudo do processo histórico de estruturação do ensino em jornalismo leva em conta a história da própria profissão, entrelaçada por períodos de transformações econômicas e sociais. No caso do jornalismo, os pressupostos de *Objetividade* e as técnicas decorrentes alteraram a forma de trabalho no meio jornalístico. A chegada dos referenciais objetivos aconteceu nos anos 50, mas a grande reviravolta na técnica ocorreu na reforma editorial do *Jornal do Brasil* nos anos 60, quando houve grande adesão da imprensa ao *Jornalismo Informativo* no país.

passou a ser tecnicista. Rodrigues (2006) recupera esse período da seguinte forma:

A adoção desse modelo corresponde também ao contexto político e social do Brasil a partir do fim do Estado Novo, em 1945. O país vivia então um processo de redemocratização e alinhava-se ao bloco antifacista, vitorioso na II Grande Guerra. O terreno ideológico era, portanto, favorável a uma ênfase ao debate, à livre expressão e a toda uma concepção de jornalismo em moldes liberais. A ênfase humanística pode ser percebida, por exemplo, no currículo do Curso de Jornalismo da Fundação Cásper Líbero, o pioneiro. De um total de 18 disciplinas, apenas seis são específicas à área profissional (RODRIGUES, 2006, p. 69).

Nesse período antes do Golpe Militar (1964), os alunos dos cursos de Jornalismo vinham do cotidiano da imprensa, já tinham prática jornalística. Os discentes queriam exatamente a dimensão humanística do jornalismo e ampliação do conhecimento. Para Medina (1988, p. 143), a intenção era positiva e a oferta da universidade não frustrou essas primeiras gerações que estudavam então História, Literatura, Filologia, Sociologia, Ciência Política, Estética, Filosofia.

O conflito entre o Humanismo e Tecnicismo como referencial na formação profissional do jornalista perdura até hoje. Rodrigues (2006, p. 70) entende que o vínculo com a prática desenvolvida nas empresas jornalísticas, sem que houvesse então uma reflexão teórica sobre ela, criou um vácuo. De um lado, os profissionais se notabilizavam pela sua cultura geral e formação humanística. De outro lado, a escola apenas se encarregava de reproduzir, do ponto de vista prático, aquilo que já se fazia, sem o exercício de examinar teoricamente o seu fazer. Pra a autora, nesse sentido, cria-se a primeira versão da dicotomia entre formação profissional e formação humanística.

Depois do fechamento do mercado e restrição de acesso aos portadores de diploma, o perfil de alunos dos cursos de Jornalismo deixou de ser dos repórteres e passou a ser de discentes oriundos do ensino médio. Para Melo (2006), neste período, professores, alunos e profissionais já identificavam alguns problemas no curso de Jornalismo:

- 1) falta de autonomia da área de Comunicação, pois os cursos estavam vinculados à faculdade de filosofia;
- 2) sobreposição de aulas teóricas sobre as práticas;
- 3) falta de dinamismo nos currículos que não acompanhavam as necessidades da época, pois as empresas de comunicação aumentavam, assim como as tiragens dos jornais, exigindo maior preparo técnico e específico para as funções. (MELO, 2006, p. 17-18).

Esta situação gerou insatisfação dos estudantes, professores e empresários da comunicação. O novo perfil de estudantes nos cursos de Jornalismo implicou na criação dos primeiros jornais laboratórios. Tal medida foi uma opção pedagógica tomada frente a inexperiência dos discentes que não dominavam a prática da escrita jornalística tão bem quanto os repórteres (alunos de outrora). Melo (2006) considera sobre o período que

De um modo geral, os ex-alunos [graduados] alegavam se sentiam despreparados para o mercado de trabalho pela falta de aulas práticas e estágios obrigatórios; professores desatualizados; matérias técnicas deficientes, ministradas de modo teórico e separadas do jornalismo moderno; os cursos de cultura geral não eram especializados em jornalismo e o currículo era desatualizado. Havia um descompasso entre as exigências da área e o ensino oferecido. Se o início do curso de comunicação estava distante das empresas, a visão dos empresários paulistas confirmava a deficiência técnica dos ex-alunos, pois alegavam, que os jornalistas formados eram dotados de boa cultura humanística, mas despreparados do ponto de vista técnico-profissional (MELO, 2006, p. 18).

O curso de Jornalismo, no Brasil, mudou com o Golpe Militar (1964). Um novo currículo foi criado e adequado às necessidades políticas de contenção do espírito crítico da imprensa. Como o referencial de Liberdade de Imprensa não podia ser exercido em sua plenitude durante o Regime Militar, os cursos de formação profissional tiveram seus currículos alterados em vista do contexto político-social. Rodrigues (2006) considera sobre esse período que

O momento político da Ditadura Militar trouxe repressão, censura, desmonte das universidades públicas e adoção de um modelo de desenvolvimento que favorece a iniciativa privada, tanto no campo dos investimentos em veículos de comunicação (basta lembrar da política de concessões de direito a canais de televisão), quanto da participação do capital privado no “negócio” do ensino. Relativamente à expansão dos veículos de comunicação, vale ressaltar que ela se fez acompanhar de importação de tecnologia, colocando a questão da formação técnica no centro do debate para a profissionalização do jornalista (RODRIGUES, 2006, p. 72).

A partir do Golpe Militar (1964), o curso de Jornalismo perdeu autonomia e foi incluído na grade do curso de Comunicação Social.

O Governo Militar tinha estreito relacionamento com os EUA, tendo em vista o contexto de Guerra Fria. Houve um esforço internacional, liderado pela UNESCO, para favorecer a formação tecnicista e, pouco crítica, no ensino de Jornalismo. Foi quando entrou em cena o *Centro Internacional de Estudos Superiores de Comunicação*, CIESPAL, na América Latina. Meditsch (1992) considera que

Em 1948, uma conferência da UNESCO realizada em Paris recomendou maior atenção com a formação dos jornalistas no Terceiro Mundo. A entidade, na época amplamente dominada pelos Estados Unidos e pelo espírito da guerra fria, advertia que o jornalismo podia agravar, se mal inspirado, os desajustamentos entre grupos, classes e partidos ou atenuá-los até o ponto de extingui-los, se baseado na boa compreensão dos fatos e na lúcida revelação dos mesmos (MEDITSCH, 1992, p. 199).

Para Meditsch (1992), a CIESPAL tinha dois intuitos em relação ao curso de jornalismo: fortalecer o tecnicismo e gerar despolitização dos estudantes. Para o autor, “essa máscara de modernização só representava uma investida no sentido de conter uma “cubanização” na América Latina”¹². Durante a Ditadura Militar, a habilitação em Jornalismo passou a ser domínio praticamente

12 Essa perspectiva histórica da estruturação dos cursos de jornalismo baseados no tecnicismo não é aceita por todas as Faculdades de Comunicação em seus programas de ensino. A caracterização relativa à técnica costuma referenciar apenas a revolução editorial do *Jornal do Brasil* e a introdução das técnicas americanas de redação jornalística (*Lead e Pirâmide Invertida*).

das escolas privadas. Meditsch (1992) acredita que só em 1969, o *Ministério da Educação*, por meio do *Conselho Federal de Educação*, estipulou um currículo mínimo para a formação do “Comunicador Polivalente”. O intuito era o de formar comunicadores sociais, em detrimento de jornalistas¹³.

No mesmo ano (1969), o exercício da profissão de jornalista foi regulamentado¹⁴. O curso de Jornalismo foi reconfigurado e agrupado a um tronco comum com Publicidade e Propaganda e Relações Públicas. Foi quando surgiu a terminologia Curso de Comunicação Social.

Melo (2006, p. 21) avalia que, nesse contexto, apesar do “comunicador polivalente” só ter vigorado na resolução 11/69, o Estado, pelo currículo mínimo, passou a não só conceder o funcionamento dos cursos, mas também controlá-los, direcionando a formação dos profissionais da área, sobrando, portanto, pouca flexibilização para as Instituições de Ensino Superior (IES) formarem diferentes profissionais conforme as especificidades e necessidades de cada região. Ainda para a autora, as amarras do currículo mínimo criadas no período do regime militar geravam insatisfações de profissionais e instituições que passaram a reivindicar maior liberdade e autonomia na concepção e gerenciamento de seus cursos, fato este que, apesar das polêmicas, ocorreu a partir da década de noventa, com a nova *Lei de Diretrizes e Base da Educação* (LDB/96).

O detalhamento do que é o exercício do Jornalismo, em lei, no Brasil, marca a mudança de paradigmas na formação de jornalista. Sobre isto, Meditsch (2007) considera

A concepção do “comunicador social”, profissional de múltiplos instrumentos pensado à imagem dos médicos de pés descalços chineses, para tirar o continente do atraso cultural e tecnológico, moldou

13 Dentro do contexto da formação polivalente: “as escolas de Comunicação (agregando outras habilitações, como Publicidade e Propaganda e Relações Públicas) surgiram no Brasil na década de 60, em Brasília e em São Paulo. Em 1963, a Universidade de Brasília implantou a sua Faculdade de Comunicação de Massa, e em 1966 a Universidade de São Paulo criou a Escola de Comunicações Culturais. Hoje esta instituição denomina-se Escola de Comunicação e Arte (ECA) (COUDO, 2007, p. 84)

Pompeu de Souza ainda lecionava em Cursos de Jornalismo e nos recentes Cursos de Comunicação Social. O jornalista chegou a dar aula na UNB quando morou em Brasília.

14 Decreto-lei nº 972, de 17 de outubro de 1969, que dispõe sobre o exercício da profissão de jornalista.

os nossos cursos universitários e a área acadêmica. Este profissional polivalente foi logo rejeitado pelo mercado e a sociedade, mas seu fantasma continua até hoje orientando nossos projetos pedagógicos e de investigação científica. Perpetuado numa universidade que vive de costas para a realidade, elevado da condição de comunicador a de comunicólogo, é o grande responsável pela falta de vínculo entre a teoria e a prática em nosso campo de conhecimento, com graves prejuízos para a formação profissional¹⁵.

Moura (2000) sintetiza as fases de mudanças no curso de Jornalismo e de Comunicação Social, em quatro fases distintas, da seguinte forma:

1) Do início dos cursos até a segunda metade da década de 60 – *Fase Clássico-Humanística*: caracterizada pela inspiração européia, clássica, com ênfase aos estudos filosóficos, históricos e literários do Jornalismo e à cultura geral, assim, como ao ensino do Jornalismo gráfico;

2) Década de 60 – *Fase Científico-Técnica*: baseada no ensino norte-americano de Comunicação, dando ênfase ao estudo da Comunicação com enfoque funcionalista e empírico (pesquisa quantitativa), e ao ensino técnico e instrumental, assim como ao ensino do Jornalismo impresso, Publicidade e Relações Públicas;

3) Década de 70 – *Fase Crítico-Reflexiva*: enfatiza os estudos teóricos da Comunicação, os fundamentos para uma teoria da Comunicação adequada à sociedade latino-americana com o distanciamento da prática profissional, crítica aos modelos teóricos importados nas fases anteriores, e tem como resultado das reflexões: teses, livros, artigos e melhoria do ensino teórico;

4) Década de 80 - identificada pelas críticas dos setores empresariais e oficiais ao ensino da Comunicação, solicitando a extinção dos cursos, pela defesa dos setores acadêmicos e profissionais aos Cursos

15 MEDITSCH, Eduardo. *Ciespal trouxe progresso... e o problema quase insolúvel do comunicólogo*. Artigo do III Ciclo de Estudos sobre a Escola Latino-americana de Comunicação. Disponível em, <http://www.jornalismo.ufsc.br/bancodedados/meditsch-ciespal.html>. Acessado em 19-11-2011. Utilizamos a data de acesso para marcação temporal tendo em vista o texto não ter data de publicação expressa.

de Comunicação devido ao conhecimento e pesquisa da área, pelas críticas dos professores, estudantes e profissionais à qualidade do ensino nos Cursos de Comunicação, e críticas dos professores à falta do objeto específico da Comunicação, revelando uma crise de identidade (MOURA, 2000. p. 24).

Há quem diga que exista um problema de identidade nos cursos de formação profissional de jornalistas até hoje. A crítica do jornalista e professor Victor Gentili é a de que o estudante é induzido a um “processo esquizofrênico” através de uma “lavagem cerebral” em que, durante a metade teórica do curso, ele é convencido a abandonar e desprezar sua vocação. Neste processo, os estudantes que passam pelos cursos são obrigados a uma opção dramática: ou desprezam a teoria ensinada e reafirmam a vocação profissional que os levou à faculdade, desenvolvendo uma forte resistência à atividade teórica (1); ou abandonam a vocação inicial e tornam-se “comunicadores” sem mercado de trabalho e sem prática, só encontrando colocação na própria universidade como “comunicólogos”¹⁶ (2).

Conclusão

Procuramos vislumbrar no artigo algumas tensões sobre a estruturação do conhecimento jornalístico em três fases distintas: a entrada da Comunicação no cânone científico como disciplina autônoma (1), a legislação regulatória do MEC, organizadora das graduações e prescritiva dos currículos mínimos (2) e as medidas políticas tomadas pelo MEC e CIESPAL, durante a ditadura militar, no intuito de esvaziar a profissão de jornalista e, principalmente, a função de repórteres, o que levou a um processo de evasão das redações e de ida dos jornalistas para as assessorias de imprensa (3).

Este último ponto é o mais complexo e não cabe no formato artigo, com a abordagem que estamos propondo: visão histórica da figura do jornalista e do comunicador social pela estruturação dos cursos de graduação. Nosso compromisso era o de oferecer essa dimensão da profissão e do profissional do jornalismo oriundos dos cursos de formação. No entanto, ressaltamos que este fenômeno se relaciona com muitos outros:

16 MEDITSCH, Eduardo. *Ciespal trouxe progresso... e o problema quase insolúvel do comunicólogo*. Artigo do III Ciclo de Estudos sobre a Escola Latino-americana de Comunicação. Visitado na data de 19-11-2011, <http://www.jornalismo.ufsc.br/bancodedados/meditsch-ciespal.html>.

Durante os trabalhos da CIESPAL, no Brasil, para assegurar o controle da opinião pública e da imprensa, foram editadas a regulamentação da profissão de jornalista¹⁷ e a famosa Lei de Imprensa¹⁸, que condicionavam o exercício do jornalismo à posse do diploma e severas punições a empresários de comunicação. Neste período, os cursos de formação se tornaram o foco do mercado noticioso, pois também coincidia com a chegada do paradigma do *Jornalismo Informativo* (objetividade, imparcialidade, isenção) ao país, como na reforma editorial do *Jornal do Brasil* (anos 60), em detrimento do *Jornalismo Literário*.

Em virtude do formato do texto, artigo, não pudemos relacionar muito a tensão entre jornalistas profissionais e provisionados; repórteres e assessores de imprensa; jornalistas de formação acadêmica e os jornalistas da velha guarda que aprendiam tudo nas próprias redações, dentre outros. Não que, com isso, estejamos pedindo desculpas. Na verdade, estamos concluindo esta contribuição da estruturação do saber jornalístico e das figuras do jornalista e do comunicador social com outros contextos que lhe são também influentes e pertinentes.

Referências

ABRAMO, Perseu. *Um trabalhador da notícia: textos de Perseu Abramo*. 1997.

AUGRAS, Monique. *Opinião pública: Teoria e Pesquisa*. 4.ed. Petropolis: Vozes, 1980.

BAHIA, Juarez. *Jornal, História e Técnica – História da Imprensa Brasileira*. 4ª edição, revista e aumentada. São Paulo: Editora Ática, 1990.

BERGAMIN, Bruno. *O jovem universitário de Comunicação Social e sua cosmovisão. Por uma Educação Social*. Dissertação (Mestrado em Educação). PUCRS. 2000. 240 páginas.

BORDENAVE, Juan. *O Que é Comunicação*. Editora Brasiliense. 1997

17 BRASIL, Decreto-lei nº 972/69 (dispõe sobre o exercício da profissão de jornalista)

18 BRASIL, Lei nº 5.250, de 9 de fevereiro de 1967 (dispõe sobre o funcionamento da imprensa)

BRASIL, Lei 9.394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB).

CAVALCANTI, Jauranice. *No Mundo dos Jornalistas interdiscursividade, identidade, ethos e gêneros*. Tese (Doutorado em Linguística), UNICAMP. 2006. 320 páginas

DEBRAY, Regis. *Curso de Midiologia Geral*. Petrópolis: Vozes, 1993.

FOLQUENING, Vitor. *O humanismo entre os futuros jornalistas: um estudo das representações de acadêmicos de Comunicação Social*. Dissertação (Mestrado em Comunicação), UEPG. 2001. 130 páginas

_____. *O Jornalismo é um Humanismo*. Pós-Escrito. Curitiba. 2002

LISBOA, Márcia. *Jornalista profissão passageiro: as relações de trabalho dos profissionais da notícia na grande imprensa brasileira atual*. (Dissertação, Mestrado em Comunicação). UFRJ. 1994. 170 páginas

LOPES, Fernanda. *Auto-referenciação e construção da identidade jornalística*. Dissertação (Mestrado em Comunicação), UFRJ. 2007. 257 páginas.

LOPES, Luís Carlos. *Hermenêutica, teorias da representação e da argumentação no campo da comunicação*. Revista Ciberlegenda, n.10. 2002. p. 21. Disponível em: www.uff.br/mestcii/lclop8.htm. Acesso em novembro, 2011.

MARCONDES FILHO, Ciro. *Comunicação & Jornalismo – A saga dos cães perdidos*. 2.ed. São Paulo: Hacker Editores, 2002

MARTINO, Luiz. *Elementos para uma epistemologia da Comunicação*, in A. Hohlfeldt; L. Martino; V. França (orgs.) – *Teorias da Comunicação*. Vozes. Petrópolis, 2001

_____. *De Qual Comunicação Estamos Falando?* in A. HOHLFELDT; L. Martino; V. França (orgs.) – *Teorias da Comunicação*. Vozes. Petrópolis, 2001.

MEDINA, Cremilda. *Notícia – Um Produto à Venda – Jornalismo na Sociedade Urbana e Industrial*. 4.ed. São Paulo: Summus Editorial, 1988

MEDITSCH, Eduardo. Adeus, CIESPAL: Ruptura Brasileira no Ensino de Jornalismo. in KUNSCH, Margarida (org.), *Ensino de Comunicação: Análises, Tendências e Perspectivas Futuras*. São Paulo: ABECOM, ECA/USP, 1992.

MEDITSCH, Eduardo. *Ciespal trouxe progresso... e o problema quase insolúvel do comunicólogo*. Anais III Ciclo de Estudos sobre a Escola Latino-americana de Comunicação. Acesso em novembro, 2011. Disponível em, <http://www.jornalismo.ufsc.br/bancodedados/meditsch-ciespal.html>.

MELO, José Marques de. *Comunicação social: da leitura à leitura crítica*. In: ZILBERMAN, Regina. THEODORO DA SILVA, Ezequiel. *Leitura: perspectivas in-terdisciplinares*. São Paulo: Ática, 1995. p. 113-114

MELO, Paulo. *A Formação Atual do Comunicador Social no Brasil: ECA/USP, um Estudo de Caso*. Tese (Doutorado em Comunicação), UNICAMP. 2006

MOURA, Cláudia. *A Comunicação Social na Legislação de Ensino Brasileira: do Currículo Mínimo às Novas Diretrizes Curriculares*. São Paulo. Tese (Doutorado em Comunicação), USP. 2000

OLIVEIRA, Michelle Roxo. *Profissão jornalista um estudo sobre representações sociais, identidade profissional e as condições de produção da notícia*. Dissertação (Mestrado em Comunicação), Universidade Estadual Paulista. 2005. 225 páginas.

ORLANDO, Simone. *Perspectivas de estudo sobre o discurso para a graduação em comunicação social*. Tese (Doutorado em Língua Portuguesa), UFRJ. 2006. 207 páginas

PACCOLA, Carina. *Um retrato de quem retrata o mundo: um estudo sobre a estruturação da prática profissional dos jornalistas*. Dissertação (Mestrado em Sociologia), UEL. 2003. 173 páginas.

PETRARCA, Fernanda. *O Jornalismo como profissão”: recursos sociais, titulação acadêmica e inserção profissional dos jornalistas no Rio Grande do Sul*. Tese (Doutorado em Sociologia), UFRGS. 2007. 302 páginas.

PENA, Felipe. *O jornalista é um especialista em generalidades*. Acesso em novembro, 2011. Disponível em <http://observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/artigos.asp?cod=408J>

RODRIGUES, Regina. *A formação humanística no curso de jornalismo das intenções às práticas*. Dissertação (Mestrado em Educação), PUC-Campinas. 2007. 324 páginas.

SANTAELLA, Lúcia. *Comunicação e pesquisa: projetos para mestrado e doutorado*. São Paulo: Hacker Editores, 2002

SANTOS, Fernando. *Prática e aprendizado - a importância da agência universitária de notícias como jornal laboratório na formação do jornalista*. USP. 2007. 317 páginas.

TOMITA, Iris Yae. *Em busca do sujeito - a formação do olhar no ensino superior de Publicidade e Propaganda*. Dissertação (Mestrado em Comunicação), UEM. 2006. 123 páginas

VALVERDE, Franklin. *O papel pedagógico do estágio na formação do jornalista*. Tese (Doutorado em Comunicação), USP. 2006. 277 páginas.

VIEIRA, Antônio. *Uma pedagogia para o Jornal Laboratório*. Tese (Doutorado em Comunicação), USP. 2002. 310 páginas.

Recebido: 23/03/2012

Aprovado: 16/04/2012